

PAULO FRANCIS

# Política monetária restritiva

A estabilidade do governo se basta no real. É um índice positivo que as oscilações da nossa moeda tenham diminuído a frações desde os tempos que Fernando Henrique era ministro da Fazenda de Itamar, mais ou menos dois anos atrás, e o real foi criado. A desvalorização de 10% no real, na quarta-feira (parte da equipe do presidente, derrotada, queria 15%), foi, como previ, amortecida com nove leilões (confessos) de dólares durante a quinta. O governo diz que foram jogados, venda e compra, cerca de US\$ 500 milhões no mercado, para evitar uma corrida. Deve ter sido mais, mas parece não haver instituições independentes que disponham de instrumentos para aferir esse movimento.

O objetivo é diminuir o déficit comercial atual de US\$ 3,2 bilhões e a queda da exportação, de



**O objetivo é diminuir a queda da exportação de 6,5% para 4% do PIB**

6,5% para 4% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1995. O Estado de S. Paulo registrou a indiferença e até crítica dos exportadores que se sentem coibidos e lesados com a moeda artificialmente alta, que lhes desvalorizou as exportações.

Victor Bulmes-Thomas, na *História da América Latina desde a Independência* (Cambridge, 485 páginas, 40 libras), diz que a única maneira de a América Latina acumular primariamente capital para sua expansão é através de saldos crescentes de exportação que possam espalhar sobre a economia como um todo. O governo Fernando Henrique, se acredita nisso, parece ter abandonado esse caminho, no momento. Nossos vastos saldos comerciais aparentam ser coisa do passado.

Um pouquinho de clareza em

certas áreas também ajudaria. O chamado hot money, cerca de US\$ 30 bilhões, parece aplicado no Brasil a prazos cada vez mais curtos e a juros maiores do que em qualquer época desde Jesus Cristo (parafraseando, anos atrás, o ex-primeiro ministro da Alemanha, Helmut Schmidt). Sabe-se de contratos a 2 dias, de milhões de dólares, com um juro projetado mensalmente de 7,5% ao mês. Esses torniquetes sem dúvida são usados para estancar temporariamente a hemorragia das estatais improícias e deficitárias e o custo do Estado brasileiro. A cidade de São Paulo, por exemplo, arrecada 25% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do trabalhador em todo o Brasil, uma concentração espantosa de recursos num País de 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Esse dinheiro está à disposição do trabalhador ou é confiscado pelo governo federal para pagar o seu sustento?

As reformas parecem paralisadas ou transitarem em operação tartaruga no Congresso. O presidente não tenta mobilizar a nação

para levá-las a cabo. O estatismo paralisante parece dominante até em áreas que sofrem revoluções radicais no mundo inteiro, como a telefonia. O Brasil é o único País do mundo em que um modesto telefone de fio custa mais caro do que um computador...

Quanto tempo isso poderá durar? Quanto tempo medidas provisórias poderão sustar uma queda na realidade que crie estragos duradouros no nosso frágil mercado? A Bolsa de Nova York, em janeiro de 1996, registrou compra de ações superior a US\$ 118 bilhões de um total de 1 US\$ 1,7 trilhão, segundo o *New York Times*, edição de 26 de janeiro. Sem se livrar do peso morto e custoso do Estado, o Brasil nunca poderá atrair essa quantidade de capital, ajustada a nossas possibilidades e devidas proporções. Com o nosso déficit, só o capital especulativo se sente tentado a investir. E é notoriamente volátil. Um dia aqui, outro ali. Se for para "ali", sofreremos trauma semelhante ao mexicano.

■ Paulo Francis é jornalista